



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº. 250/2012

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

Objeto: Registro de Preços tipo menor preço por lote para contratação de fornecedor especializado na prestação mensal do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional para atendimento aos Órgãos /Entidades do Governo de Minas Gerais, conforme especificado no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

RECIBO

A Empresa _____
CNPJ nº. _____, retirou Edital de Pregão nº.
_____/_____ e deseja ser informada de qualquer
alteração pelo e-mail: _____.
_____, aos ____/____/____

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À DLM - SEPLAG

PELO E-MAIL: licitacoes@planejamento.mg.gov.br

PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO. A SEPLAG NÃO RESPONSABILIZA POR COMUNICAÇÕES À EMPRESA QUE NÃO ENCAMINHAR ESTE RECIBO OU PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NO MESMO.



Sumário

1	PREÂMBULO	3
2	OBJETO.....	4
3	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.....	4
4	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
5	DO CREDENCIAMENTO.....	6
6	DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	6
7	DA HABILITAÇÃO	8
8	DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO	12
9	DOS RECURSOS.....	16
10	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.....	17
11	DA CONTRATAÇÃO	17
12	DO REGISTRO DE PREÇOS	18
13	DO PAGAMENTO.....	20
14	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	21
15	DO REAJUSTE	23
16	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23
	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO	26
	ANEXO II - QUANTITATIVOS ESTIMADOS	35
	ANEXO III – DOS MUNICIPIOS POR LOTES	42
	ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	44
	ANEXO V - MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO	54
	ANEXO VI- MODELOS DE DECLARAÇÕES	55
	ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	57
	ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO.....	68
	ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO.....	72
	ANEXO X- DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES	91



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 250/2012

1 PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador de Registro de Preços realizará a licitação na modalidade pregão eletrônico, em sessão pública, através do site www.compras.mg.gov.br, para registro de preços do tipo menor preço, referente à contratação de fornecedor especializado na prestação mensal do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional para atendimento aos Órgãos /Entidades do Governo de Minas Gerais, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Este pregão será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001 e pelos Decretos Estaduais nº. 44.786, de 19 de abril de 2008, nº. 44.431, de 29 de dezembro de 2006, nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, pela resolução Conjunta SEPLAG / SEF nº 8.727, de 21 de setembro de 2012, pela Resolução SEPLAG nº. 058, de 30 de novembro de 2007, com suas alterações posteriores, pela Resolução SEPLAG nº 009, de 16 de fevereiro de 2009, devendo ainda ser observada a regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

1.1 O pregão será realizado pelo Pregoeiro Gustavo Henrique C Santos, e Equipe de Apoio, constituída pelos seguintes servidores: Cláudia Ferreira Perez; Carla Eliane Fernandes; Maria das Graças de Souza, designados através da Resolução n.º 25 de 18 de abril de 2012, alterada pela Resolução n.º 30, de 04 de maio de 2012.

1.2 **A abertura da sessão de pregão terá início no dia 30 de novembro de 2012 às 09h.**

1.2.1 Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília - DF.



2 OBJETO

Contratação de fornecedor especializado na prestação mensal do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Local, Longa Distância Nacional, e Longa Distância Internacional para atendimento aos Órgãos /Entidades do Governo de Minas Gerais arrolados no Anexo X, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante do presente Edital tipo menor preço por lote.

3 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1 Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do Edital.
- 3.2 Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail licitacoes@planejamento.mg.gov.br.
 - 3.2.1 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).
 - 3.2.2 Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações de retirada do Edital.
- 3.3 Qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá impugnar os termos do presente Edital até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do mesmo, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
 - 3.3.1 O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado junto ao protocolo da Cidade Administrativa, Av Prefeito Américo Gianetti, s/n, Serra Verde, Prédio Gerais, 2º andar, Belo Horizonte/MG, no horário de 08h00min (oito) às 17h00min (dezessete) horas, observado o prazo previsto no subitem 3.3. deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.
 - 3.3.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.



- 3.4 Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço <http://www.compras.mg.gov.br>.
- 3.4.1 As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 3.5 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.
- 4.2 Não poderão participar da presente licitação as empresas que:
- 4.2.1 Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.
- 4.2.2 Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.
- 4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.
- 4.2.4 Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Estado de Minas Gerais.
- 4.3 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observado o disposto no art. 33 da Lei Federal 8666/1993, sendo que obrigatoriamente a empresa Líder seja autorizada pela ANATEL a prestar serviços STFC no Estado de Minas Gerais.
- 4.4 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 4.5 Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.
- 4.6 O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.



- 4.7 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

5 DO CREDENCIAMENTO

- 5.1 Para acesso ao sistema eletrônico, o fornecedor deverá credenciar-se no *site* **www.compras.mg.gov.br**, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1 Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

- 5.2 O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que utilizada indevidamente por terceiros.

5.2.1 O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

- 5.3 Informações complementares a respeito do credenciamento serão obtidas no *site* **www.compras.mg.gov.br** ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303 7999 (para outras localidades e celular).

- 5.4 Para fins de aplicação dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº. 44.630/07 e na Resolução SEPLAG nº. 58 , 30 de novembro de 2007, a comprovação da condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte do fornecedor dar-se-á por meio do seu registro no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, conforme disposto na Resolução Conjunta SEPLAG / SEF nº. 8.727, de 21 de setembro de 2012.

6 DAS PROPOSTAS COMERCIAIS



- 6.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do site www.compras.mg.gov.br até a data e horário marcados para abertura da sessão, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Portal de Compras - MG de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus anexos.
- 6.1.1 Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá declarar, no campo próprio do Portal de Compras - MG, que atende às demais exigências da habilitação.
- 6.2 Todas as condições estabelecidas serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.
- 6.3 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 6.3.1 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 6.4 As propostas deverão apresentar preço unitário e global, pelo lote, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofereçam apenas um preço.
- 6.4.1 O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, pelo lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.
- 6.5 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.
- 6.6 Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com quatro casas decimais após a vírgula.
- 6.7 Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõem o art. 6º, Parte I, do Anexo I, do Decreto nº. 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores.
- 6.7.1 Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, os preços sem a dedução relativa à isenção do ICMS.



6.7.2 A classificação das propostas, a etapa de lances e o julgamento serão realizados a partir dos preços sem a dedução do ICMS, inclusive para os fornecedores mineiros.

6.8 O licitante declarado vencedor deverá enviar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta comercial adequada aos valores finais ofertados durante a sessão do pregão.

6.8.1 O licitante mineiro, declarado vencedor, deverá informar na proposta comercial os preços com o ICMS e os preços resultantes de sua dedução.

6.8.2 As propostas deverão ser formuladas e respeitadas com base no percentual de desconto linear, a ser aplicado sobre o volume de venda a ser faturado.

6.8.3 O disposto no subitem anterior não se aplica as empresas mineiras enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, optantes pelo regime do Simples Nacional, que deverão apresentar em suas propostas apenas os preços com ICMS.

6.8.4 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte mineiras, de que trata o subitem anterior deverão anexar em suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7 DA HABILITAÇÃO

Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital.

7.1 REGULARIDADE JURÍDICA:

7.1.1 Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes no Anexo VI deste Edital e do contrato da Autorização de Fornecimento.

7.1.1.1 Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(s) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.



- 7.1.2 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 7.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- 7.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 7.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2 REGULARIDADE FISCAL:

- 7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- 7.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 7.2.3 Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal relativo ao domicílio ou à sede do licitante e à Fazenda Estadual de MG;
 - 7.2.3.1 Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site www.fazenda.mg.gov.br.
- 7.2.4 Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 7.2.5 Certificado de Situação Regular perante o Sistema de Seguridade Social – INSS.
- 7.2.6 Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 7.2.7 A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débito, ou positivas com efeitos de negativas.



7.2.7.1 No caso da CNDT, Será aceita Certidão Positiva com Efeito de Negativa, desde que devidamente garantidos os débitos existentes, nos termos do art. 642-A da Lei nº 12.440/2011.

7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1 Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93;

7.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir.

7.3.3 Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.3.4 O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário onde os mesmos se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.

7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1 Apresentação de Termo de Autorização do Serviço Telefônico Fixo Comutado celebrado com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para a prestação dos serviços ora licitados.

7.5 DECLARAÇÕES:



- 7.5.1 Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.
- 7.5.2 Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

7.6 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- 7.6.1 O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral – Cadastramento (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que o documento do CRC esteja com a validade em vigor. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.
 - 7.6.1.1 Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.
- 7.6.2 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo pregoeiro ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação.
 - 7.6.2.1 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
 - 7.6.2.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.
 - 7.6.2.3 Em se tratando de empresa estrangeira, a mesma deverá apresentar documentos equivalentes do seu país de origem, devidamente



acompanhados da sua tradução para o idioma português, a qual prevalecerá para qualquer interpretação ou divergência. Na impossibilidade da apresentação de um, ou mais de um dos documentos equivalentes, a empresa estrangeira apresentará justificativa escrita dessa circunstância

7.6.3 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

8 DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

8.1 No horário indicado no Preâmbulo deste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico com a análise das propostas comerciais.

8.1.1 As propostas comerciais serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2 DOS LANCES:

8.2.1 O pregoeiro divulgará através do Portal de Compras - MG, o resultado da análise de propostas e convidará os licitantes a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2.2 Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes bem como todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

8.2.3 Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.

8.2.4 Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances.

8.2.5 Caso o proponente não realize lances, será considerado o valor da proposta comercial apresentada, para efeito da classificação final.

8.2.6 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a



recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2.6.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa. A sessão terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

8.2.7 O pregoeiro divulgará o início do tempo randômico, cuja duração será de 05 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.2.8 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3 DO JULGAMENTO

8.3.1 O critério de julgamento será o de **menor preço global por lote.**

8.3.2 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.3.2.1 Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.3.3 Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

8.3.4 Aceita a oferta de menor preço o sistema identificará o licitante detentor da melhor oferta que deverá comprovar de imediato sua habilitação mediante encaminhamento de cópia da documentação discriminada no item de habilitação e da proposta comercial atualizada com os valores obtidos no pregão, através de fax ou e-mail informados pelo pregoeiro.

8.3.4.1 Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.



- 8.3.4.2 Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 8.3.4.3 Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:
 - 8.3.4.3.1 Planilha de custos elaborada pelo licitante;
 - 8.3.4.3.2 Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;
- 8.3.4.4 Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.
- 8.3.5 Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 8.3.6 Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
 - 8.3.6.1 O pregoeiro convocará a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior, ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
 - 8.3.6.2 Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
 - 8.3.6.3 Sendo aceitável a nova oferta de preço, a confirmação das condições habilitatórias da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte obedecerá ao procedimento previsto no item 8.3.4.



- 8.3.6.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida e necessária regularização.
- 8.3.6.3.2 A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.
- 8.3.6.3.3 Se houver a necessidade de abertura do prazo para a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte regularizar sua documentação fiscal, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.
- 8.3.6.4 Se a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 8.3.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.3.6.5 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 8.3.6.6 Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de novo lance ou não sejam atendidas às exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.
- 8.3.6.7 O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou por Empresa de Pequeno Porte.
- 8.3.7 Após a aplicação do critério de desempate, se houver o pregoeiro poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço;
- 8.3.8 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor que deverá encaminhar a documentação de habilitação



original, ou cópia autenticada, e a proposta comercial no prazo máximo de 02 (dois) dias, para o seguinte endereço: Setor de Licitações, no endereço Avenida Prefeito Américo Gianetti, s/n, Prédio Gerais, 2º andar – Serra Verde – Belo Horizonte – CEP: 31630-901.

8.3.9 Verificada a regularidade da documentação o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor.

8.3.9.1 Caso o licitante declarado vencedor seja empresa mineira, serão utilizados os valores com dedução do ICMS para a adjudicação e homologação do certame, exceto quando optante pelo simples nacional.

8.3.10 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br

9 DOS RECURSOS

9.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante terá o prazo de até 10 (dez) minutos para manifestar motivadamente, por meio eletrônico, em campo próprio, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax.

9.3 A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n. – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte / MG, no horário de 08h00min (oito horas) às 17h00min (dezessete horas), observados os prazos previstos no item 9.1.

9.3.1 As razões de recurso e as contrarrazões também deverão ser anexadas eletronicamente em local indicado no Portal de Compras – MG.

9.4 Os recursos e contrarrazões de recursos devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:

9.4.1 – motivadamente, reconsiderar a decisão;



9.4.2 – motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a autoridade competente, conforme art. 8º do Decreto nº 44.786/2008.

- 9.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso.
- 9.6 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.
- 9.7 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.8 O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.
- 9.9 O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e afixado no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou e-mail.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 O Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.
- 10.2 Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11 DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta do Anexo IX.
- 11.1.1 O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 11.1.2 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo,



serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

11.1.3 Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 18, §2º do Decreto nº. 44.786/2008.

11.2 O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail.

11.3 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

12 DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Homologado o resultado da licitação, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas na Ata, nos termos do Decreto Nº. 44.787/2008.

12.1.2 As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.3 A Ata de Registro de Preços será assinada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2 A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.



12.3 A Ata de Registro de Preços não obriga a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e as outras instituições participantes a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1 O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão ou qualquer das outras instituições participantes, optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

12.4 Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços.

12.5 A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente os preços registrados.

12.5.1 Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, apurado trimestralmente pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado a época do registro – equação econômico-financeira.

12.5.2 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

12.6 Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7 Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado e a negociação frustrar, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar comprovantes ao requerimento, tais como notas fiscais de



aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes entre outros, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

- 12.8 Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 12.6.1 e 12.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.
- 12.9 Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 12.6.1 e 12.10, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 12.10 Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.
- 12.11 Da Ata constarão, também, as obrigações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, dos órgãos participantes e do Fornecedor.
- 12.12 Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata.
- 12.13 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento dos órgãos participantes deste registro de preços para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

13 DO PAGAMENTO

- 13.1 O pagamento mensal da despesa será realizado pela CONTRATANTE através de quitação bancária (por meio eletrônico) ou crédito em conta corrente bancária declarada pelo FORNECEDOR, que deverá apresentar, mensalmente, Nota-Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação e pagamento da despesa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, antes do dia de vencimento mensal pactuado, nos termos dos regulamentos de Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL nº 85, de 30 de dezembro de 1988.

13.1.1 A CONTRATANTE poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado aprovado pela Resolução ANATEL nº 85, de 30 de dezembro de 1988.



13.1.2 Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta aprazada.

13.1.3 Constatado ser devido o débito contestado, será o valor incluído na nota fiscal-fatura do próximo mês, acrescido de multa e juros pertinentes, conforme previsto na Portaria nº 1960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações.

13.2 O pagamento fica condicionado à regularidade da CONTRATADA perante o CAGEF, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

13.2.1 Na hipótese de irregularidade no CAGEF, a CONTRATADA deverá regularizar sua situação perante o cadastro. O prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

13.3 Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303 7999 (para outras localidades e celular).

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

14.1.1 advertência por escrito;

14.1.2 multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012;

14.1.2.1 três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

14.1.2.2 dez por cento sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

14.1.2.3 vinte por cento sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou



diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

14.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 38, III do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual 45.902/2012, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 18, IV do Decreto Estadual 45.902/2012;

14.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

14.2.1 não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

14.2.2 retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

14.2.3 paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

14.2.4 entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

14.2.5 alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.2.6 prestação de serviço de baixa qualidade.

14.3 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 13.1.

14.4 A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

14.5 As sanções relacionadas nos itens 14.1.1 e 14.1.3 também poderão ser aplicadas àquele que:

14.5.1 deixar de apresentar documentação exigida para o certame;



- 14.5.2 apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 14.5.3 ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - 14.5.4 não manter a proposta;
 - 14.5.5 falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
 - 14.5.6 comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.5.7 cometer fraude fiscal.
- 14.6 A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.
- 14.7 As sanções relacionadas nos itens 14.1.3 e 14.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

15 DO REAJUSTE

- 15.1 Em conformidade com as normas do Plano Real e do Sistema Monetário Nacional, os preços são irremediáveis no prazo inferior a 12 (doze) meses, sendo que o valor estipulado para os produtos poderá ser reajustado, após o citado período, desde a data de apresentação da proposta.
- 15.2 Os preços e tarifas poderão ser reajustados mediante a aplicação dos índices e percentuais divulgados pela ANATEL, após o interregno de 12 (doze) meses.

16 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 16.2 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 16.3 É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.



- 16.4 O objeto do contrato ou instrumento equivalente decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 I "b" da Lei 8.666/93 poderão decorrer de posteriores contratos.
- 16.5 O pregoeiro no julgamento das propostas e da habilitação poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 16.6 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.
- 16.7 A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 16.8 Caberá a empresa credenciada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 16.9 Este Edital encontra-se disponível gratuitamente no site www.compras.mg.gov.br ou poderá ser obtido no Setor de Licitações da SEPLAG, Rodovia Prefeito Américo René Gianetti, s/n, Prédio Gerais, 2º andar – Serra Verde – Belo Horizonte – CEP: 31630-901, mediante pagamento de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, para cobrir os custos com sua reprodução, e será fornecido mediante a apresentação do comprovante de pagamento do documento de arrecadação estadual, devidamente autenticado por banco credenciado pelo Estado de Minas Gerais para receber tal pagamento.
- 16.10 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário de 09:00 às 11:30 ou de 14:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, somente pelo envio de e-mail ao endereço: pnage.mg@planejamento.mg.gov.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 16.11 Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer Licitante poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, no horário de 08h às 12h e de 14h às 18h.



- 16.12 Os pedidos de impugnação serão decididos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 16.13 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 16.14 Após a apresentação de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 16.15 São parte integrantes e inseparáveis do presente Edital, possuindo 85 páginas:
- 16.15.1 Capa: página 1;
 - 16.15.2 Índice do Edital: página 2;
 - 16.15.3 Edital de Licitação: páginas 3 a 25;
 - 16.15.4 Anexo I – Termo de Referência: páginas 26 a 34;
 - 16.15.5 Anexo II – Quantitativos Estimados: páginas 35 a 41;
 - 16.15.6 Anexo III – Dos Municípios por Lote : página 42 a 43;
 - 16.15.7 Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial: página 44 a 53;
 - 16.15.8 Anexo V – Modelo de Ficha de Avaliação: página 54;
 - 16.15.9 Anexo VI – Modelos de Declarações: páginas 55 a 56;
 - 16.15.10 Anexo VII – Minuta da ATA: páginas 57 a 67;
 - 16.15.11 Anexo VIII- Termo de Adesão: páginas 68 a 71;
 - 16.15.12 Anexo IX – Minuta de contrato: páginas 72 a 90;
 - 16.15.13 Anexo X – Dos órgãos participantes: 91 e 92.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2012.

Rodrigo Diniz Lara
Diretor as Superintendência Central de Governança Eletrônica



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

1. OBJETO

1.1 – O presente Pregão, tipo Menor Preço Por Lote, tem por objeto a contratação de fornecedor especializado na prestação mensal do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Local, tráfego local em chamadas fixo para fixo e fixo para móvel, na modalidade Longa Distância Nacional, fixo para fixo e fixo para móvel e na modalidade Longa Distância Internacional para atendimento aos Órgãos /Entidades do Governo de Minas Gerais.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

Os serviços a serem contratados serão divididos em **16 (dezesseis) LOTES**, ficando as empresas Proponentes Vencedoras responsáveis por atender às unidades administrativas situadas nos municípios relacionados a seguir.

2.1. DOS LOTES 01 a 06

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local, tráfego local em chamadas fixo-fixo, e fixo-móvel com discagem direta a ramal, com faixa de numeração, com acesso RDSI - ISDN, com entroncamentos Bidirecionais, com ramais DDR (Discagem Direta a Ramal), incluindo suporte técnico, eventualmente necessário. Conforme divisão dos lotes por região:

2.1.1 Lote 01 abrangência será o município da REGIÃO 1, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.1.2 Lote 02 abrangência serão os municípios da REGIÃO 2, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.1.3 Lote 03 abrangência serão os municípios da REGIÃO 3, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.1.4 Lote 04 abrangência serão os municípios da REGIÃO 4, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.1.5 Lote 05 abrangência serão os municípios da REGIÃO 5, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.1.6 Lote 06 abrangência serão os municípios da REGIÃO 6, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.



2.2. DOS LOTES 07 a 12

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local, tráfego local em chamadas fixo-fixo, e fixo-móvel a ser efetuado mediante acessos terminais telefônicos individuais não residenciais (linhas diretas), incluindo suporte técnico, eventualmente necessário. Conforme divisão dos lotes por região:

2.2.1 Lote 07 abrangência será o município da REGIÃO 1, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.2.2 Lote 08 abrangência serão os municípios da REGIÃO 2, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.2.3 Lote 09 abrangência serão os municípios da REGIÃO 3, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.2.4 Lote 10 abrangência serão os municípios da REGIÃO 4, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.2.5 Lote 11 abrangência serão os municípios da REGIÃO 5, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote, exceto São Paulo.

2.2.6 Lote 12 abrangência serão os municípios da REGIÃO 6, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.3. DOS LOTES 13 e 14

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Local, a ser efetuado mediante Ramais Virtuais (RVI), não pertencentes aos troncos de PABX.

2.3.1 Lote 13 abrangência serão os municípios da REGIÃO 7, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote.

2.3.2 Lote 14 abrangência serão os municípios da REGIÃO 8, relacionada no ANEXO III – Dos Municípios por Lote, exceto São Paulo.

2.4. LOTE 15

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na Modalidade Longa Distância Nacional, fixo para fixo e fixo para móvel.

2.4.1 Abrangência: Todos os municípios do Estado de Minas Gerais.

2.5. LOTE 16

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Modalidade Longa Distância Internacional.

2.5.1 Abrangência: Todos os municípios do Estado de Minas Gerais.



3. DAS DEFINIÇÕES

O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade Local definido no Plano Geral de Outorgas - PGO é o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

- a) **Serviço Local** - é aquele destinado à comunicação entre pontos fixos determinados situados em uma mesma área local;
- b) **Serviço Longa Distância Nacional** - é aquele destinado à comunicação entre pontos fixos determinados situados em Áreas Locais distintas do território nacional;
- c) **Serviço Longa Distância Internacional** - é aquele destinado à comunicação entre um ponto fixo situado no território nacional e um outro ponto no exterior;
- d) **Área Local** - a área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade local;
- e) **Setor** - subdivisão geográfica das Regiões, constituídas de estados e/ou municípios, conforme definido no PGO – Plano Geral de Outorgas;
- f) **Região** - divisão geográfica constituída dos estados definidos no PGO;
- g) **ISDN** - é a sigla para Integrated Service Digital Network. Essa tecnologia também recebe o nome de RDSI - Rede Digital de Serviços Integrados. Trata-se de um serviço disponível nas centrais telefônicas digitais, que permite acesso à internet e baseia-se na troca de digital de dados, onde são transmitidos pacotes por multiplexagem (possibilidade de estabelecer várias ligações lógicas numa ligação física existente) sobre condutores “par-trançado”.
- h) **Perfil de Tráfego** - quantitativo médio mensal, em minutos tarifáveis, de ligações telefônicas ocorridas, em função de determinados dias, horários, período de tempo, tipo de chamada e localidades ou área de numeração de origem e destino;
- i) **Tronco de Entrada** - enlace que interliga a Central Privativa de Comutação Telefônica – CPCT a uma central telefônica pública utilizada para o tráfego de entrada;
- j) **Tronco de Saída** - enlace que interliga a CPCT a uma central telefônica pública para o tráfego de saída;
- k) **Planilha de Formação de Preços** - é o documento a ser utilizado para demonstrar o detalhamento das variáveis que incidem na formação do preço dos serviços;
- l) **Plano Básico de Serviços** - plano de serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os usuários dos serviços de telefonia, registrado na ANATEL;



I) **Plano Alternativo de Serviços** - plano opcional ao Plano Básico de Serviço, homologado pela ANATEL, sendo a estrutura de preços definida pela Prestadora, visando à melhor adequação da prestação do serviço para o atendimento às necessidades do mercado;

4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. Os quantitativos relacionados na Tabela 1 do Anexo II se referem às estimativas de consumo, que devem ser utilizadas nos cálculos do Valor Total Estimado para os órgãos/entidades participantes.

4.1.1. Assinatura de Acesso – Valor mensal pago pela CONTRATANTE à Prestadora, durante toda a prestação do serviço, nos termos do contrato, dando-lhe direito à fruição contínua do serviço.

4.1.2. Transferência – Valor devido pela CONTRATANTE pela execução de remanejamento do ponto de terminação de rede do acesso para endereço/local distinto daquele anteriormente contratado, dentro da mesma localidade, após a efetiva implantação dos serviços contratados;

4.1.3. Chamada local para telefone fixo – Valor devido pela CONTRATANTE para as chamadas locais realizadas para telefone fixo;

4.1.4. VC - Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado) - Designação genérica do valor de uma chamada com 1 (um) minuto de duração;

4.1.5. VC1 – Valor devido pela CONTRATANTE na realização de chamada destinada a Código de Acesso ao SMP/SME - associado à área geográfica interna e à Área de Registro de origem da chamada;

4.1.6. VC2 – Valor devido pela CONTRATANTE na realização de chamada destinada a Código de Acesso ao SMP/SME com CN (DDD) diferente, ou seja, quando o primeiro dígito for igual e o segundo dígito diferente, serão considerados Longa Distância;

4.1.7. VC3 – Valor devido pela CONTRATANTE na realização de chamada destinada a Código de Acesso ao SMP/SME com CN (DDD) diferente, ou seja, se o primeiro dígito do CN (DDD) dos dois telefones for diferente, caracteriza-se uma chamada de Longa Distância;

4.1.8. LDN – Longa Distância Nacional - Valor devido pela CONTRATANTE pela chamada com origem e destino no território nacional entre terminais telefônicos com CN (DDD) distintos;

4.1.9. LDI – Longa Distância Internacional - Valor devido pela CONTRATANTE pela chamada com origem no território nacional e destinada a outros países;



4.1.10. Chamadas a Cobrar - Chamadas na qual a responsabilidade pelo pagamento do valor da chamada é do usuário de destino da chamada.

4.1.11. A tarifação das chamadas de STFC descritas nos itens 4.1.3 a 4.1.10 deverão obedecer aos seguintes tempos limites:

I – unidade de tempo de tarifação : 6 (seis) segundos

II – tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos

4.1.12. Para efeito de precificação da tabela de preços, os itens 4.1.3 a 4.1.10 deverão considerar o valor de 1(um) minuto de duração, entretanto deverá ser respeitada a tarifação descrita no item 4.1.11

4.2. A conexão entre a rede interna dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual e a rede pública de telefonia será de responsabilidade da CONTRATADA;

4.3. Caberá à CONTRATANTE executar a adequação da rede interna, dutos, tubulações, caixas internas, tomadas, cabos e fios, fornecimento de áreas e preparação das mesmas, caso necessário.

4.4. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, cujos pagamentos ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

5. REGRA DE NEGÓCIO DOS SERVIÇOS OFERTADOS

5.1. O recurso DDR deverá possibilitar a obtenção de um canal ou tronco capaz de oferecer conexão direta com qualquer ramal daquele endereço, sem a necessidade de atendimento pela telefonista. Caso seja utilizado um número chave, o mesmo deverá encaminhar as chamadas à mesa da telefonista, ou a um ramal atendedor. As chamadas não atendidas ou ocupadas poderão ser encaminhadas à mesa da telefonista, ou a algum ramal adequado. O emprego do recurso DDR objetiva escoar todo o tráfego de entrada de um equipamento de sistema de telefonia sem a necessidade de intervenção da telefonista.

5.2. Para a operação do recurso de DDR, deverá ser designada uma faixa de numeração para os ramais internos do Órgão/Entidade, contendo números distintos e sequenciais, e um número chave para acesso externo ao sistema de telefonia. O plano de numeração a ser adotado deverá ser fornecido pela concessionária prestadora do serviço.



5.3. Os serviços a serem fornecidos deverão ser totalmente compatíveis com os equipamentos de telefonia dos Órgãos/Entidades, sem a necessidade de investimentos adicionais, de modo a prover todos os recursos inerentes à tecnologia descrita.

5.4. Permitir identificação de chamadas de saída e de entrada (IDC), quer sejam ligações fixas ou móveis, na modalidade local ou longa distância, das 00h às 24h, todos os dias da semana.

5.4.1. As chamadas de saída de que trata este item, deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico, via web para acesso pelo cliente;

5.4.2. As informações constantes do arquivo eletrônico referido no subitem anterior deverão estar conforme o layout único para apresentação dos valores faturados pela prestação de serviços de telecomunicações do padrão da FEBRABAN, disponível em seu site www.febraban.org.br.

5.5. Caso haja a introdução de novas tecnologias, a prestadora de serviços de telecomunicações deverá garantir que tais modificações, se forem implantadas, não comprometam o funcionamento do serviço e sejam compatíveis com o sistema instalado.

5.6. Será de responsabilidade da prestadora de serviços telefônicos o fornecimento de todo o material e dos equipamentos necessários à realização dos serviços, até o sistema telefônico situado num ponto a ser definido dentro da área da CONTRATANTE, devendo os custos ser incluídos na proposta comercial, excetuando-se obras civis, rede interna, sistemas elétricos e aterramentos de responsabilidade da CONTRATANTE.

5.7. Deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de qualidade dos serviços:

5.7.1. O encaminhamento das chamadas deverá ser feito conforme as padronizações técnicas pertinentes, obedecendo-se às normas e regulamentos aplicáveis ao setor de telecomunicações;

5.7.2. As tentativas de originar chamadas locais deverão resultar em comunicação com o assinante chamado, em 70% (setenta inteiros percentuais) dos casos, conforme norma da ANATEL (Plano Geral de Metas da Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo);

5.7.3. As tentativas de originar chamadas locais que não resultem em comunicação com o assinante chamado, por motivo de congestionamento na rede, não deverão exceder a 4% (quatro inteiros percentuais) dos casos, conforme norma da ANATEL (Plano Geral de Metas da Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo).



5.7.4. A obtenção do sinal de discar deverá ser de, no máximo, 3 (três) segundos, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos.

5.7.5. As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, nos termos da regulamentação para o setor de telecomunicações.

5.7.6. As solicitações de reparo da solução de telecomunicações deverão ser realizadas por chamada telefônica gratuita, de acordo com o canal de comunicação oferecido pelo fornecedor e deverão ser atendidas, em 98% dos casos, conforme abaixo:

- atendimento na Capital: em até 6 horas exceto na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves que deverá ser atendida em até 04 (quatro) horas a partir de sua solicitação;
- atendimento no interior: em até 8 horas a partir de sua solicitação;
- para usuários que são prestadores de serviços de utilidade pública, de Prontos-Socorros e de Postos de Saúde, em até 2 (duas) horas a partir de sua solicitação;

5.8. Nos locais já servidos com serviços de telefonia fixa pública, a numeração existente deverá permanecer inalterada a critério do Órgão/Entidade. No caso de opção pela troca da numeração, a prestadora de serviços telefônicos deverá realizar a troca da numeração atual interceptando as ligações nos atuais números e informando os novos números durante 90 (noventa) dias após a implantação dos mesmos, sem ônus para o Estado.

5.8.1. A CONTRATANTE poderá requisitar a CONTRATADA a portabilidade dos números existentes respeitando-se a mesma quantidade, tipo e característica e órgão contratante

5.9. O prazo de início da prestação dos serviços não poderá ser superior a:

- 30 (trinta) dias para os serviços analógicos NRES e Ramais Virtuais;
- 60 (sessenta) dias para os serviços digitais RSDI – ISDN/DDR;

contados a partir da assinatura do contrato, devendo ser aplicada a legislação vigente referente à interceptação de ligações, a saber, artigo 151, da Lei nº. 9.472, de 16/07/1997 (Lei Geral das Telecomunicações) e Resolução nº. 30 de 29/06/1998, art. 27, do Plano de Metas de Qualidade da ANATEL.

5.9.1. Em caso de não cumprimento dos prazos a proponente vencedora deverá arcar com todos os ônus decorrentes da continuidade da prestação do serviço em operação, até a efetiva implantação dos novos serviços.



6. DA AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA

6.1. O objetivo é fixar mecanismos de avaliação de desempenho dos serviços que serão prestados, através da FD – Fator de Desempenho, como forma de medir os níveis de atendimentos dos serviços prestados pela empresa contratada, viabilizando o cálculo do valor da remuneração mensal e aplicação de penalidades para o caso de descumprimento dos níveis de serviço, conforme a minuta contratual.

6.2. O nível de atendimento dos serviços, a que se refere o item anterior, será determinado pelo Índice de Desempenho do Fornecedor – IDF.

6.3. Para o cálculo do IDF devem-se registrar mensalmente as ocorrências conforme tabela de ocorrências a seguir:

Atividades	Ocorrências	Fator de Criticidade
1. Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada superior a 48 (quarenta e oito) horas.		F3
2. Quebra do sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através dos recursos disponibilizados pela Contratada.		F3
3. Interrupção da prestação do serviço. (a cada 30 min.)		F3
4. Não atendimento do telefone cujo número foi fornecido pela Contratada para registro das reclamações.		F2
5. Cobrança por serviços não prestados.		F1
6. Envio das informações de tráfego contendo erros de cálculos.		F2
7. Não atendimento às reclamações dentro dos prazos estipulados pela ANATEL		F3
8. Não atendimento aos prazos de 10 (dez) dias para solicitação de manutenção preventiva e aos prazos definidos no item 5.7.6 para reparo.		F3

6.4. A tabela de ocorrências é parte integrante da Ficha de Avaliação de Desempenho (apresentada no Anexo V), que será usada pelos Órgãos/Entidades para o cálculo do IDF.

6.5. O IDF será calculado pelos Órgãos/Entidades, a partir do registro de ocorrências, que determinará a perda de pontos por parte da Contratada, considerando-se o impacto de criticidade de cada ocorrência, mediante aplicação da seguinte fórmula:



$$IDF = 10 - \Sigma \text{ pontos perdidos}$$

6.5.1. Considera-se que a empresa contratada inicia o mês com a IDF igual a 10 (dez) pontos para a sua avaliação, sendo descontados os pontos perdidos.

6.5.2. Os pontos perdidos serão identificados com base na tabela de ocorrências, que contempla a classificação das ocorrências em função dos fatores de criticidade.

6.5.3. Os fatores de criticidade são transformados em pontos perdidos conforme a tabela abaixo:

Fatores de Criticidade	Pontos
F1 - Baixa	0,2
F2 - Média	0,5
F3 - Alta	0,7

6.5.4. Os critérios estabelecidos no item anterior serão considerados e avaliados no modelo de ficha de avaliação e desempenho.

6.6. Fator desempenho do fornecedor (FD)

O fator desempenho do fornecedor será calculado de acordo com o Índice de Desempenho do Fornecedor (IDF) e a tabela a seguir:

Fator de desempenho do fornecedor

#	IDF	FD
1	$IDF \geq 9,0$	100%
2	$7,0 \leq IDF < 9,0$	90%
3	$5,0 \leq IDF < 7,0$	80%
4	$3,0 \leq IDF < 5,0$	70%
5	$IDF < 3,0$	60%



ANEXO II - QUANTITATIVOS ESTIMADOS

Lote 01 - Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	336
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	1.680
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	336
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	336
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	336

Lote 02 - Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	28
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	140
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	28
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	28
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	28

Lote 03 - Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	35
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	175
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	35
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	35
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	35

Lote 04 - Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	88
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	440
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	88
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	88
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	88



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 05 – Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	291
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	1.455
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	291
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	291
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	291

Lote 6 – Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	92
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	460
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	92
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	92
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	92

Lote 07 – Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	1.139
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	123
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	1.139
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	1.139

Lote 08 – Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	785
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	85
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	785
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	785



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 09 – Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	941
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	99
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	941
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	941

Lote 10 – Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	700
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	77
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	700
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	700

Lote 11 – Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	1.670
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	175
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	1.670
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	1.670

Lote 12 – Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	2.306
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	236
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	2.306
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	2.306



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 13 – Região 7

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12	580
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	290
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	580
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	580

Lote 14 – Região 8

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12	4.475
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	2.238
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	4.475
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	4.475

Lote 15

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linhas individuais)
LDN	1	fixo-fixo - Intraestadual	minuto	664	143.096
	2	fixo-fixo - Interestadual	minuto	378	143.096
	3	fixo-móvel (VC2)	minuto	217	143.096
	4	fixo-móvel (VC3)	minuto	105	143.096

Lote 16

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linhas individuais)
LDI	1	Fixo - Fixo			
		Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12	5.008
		Estados Unidos da América e Havai.	minuto	12	5.008



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12	5.008
	Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12	5.008
	Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12	5.008
	Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12	5.008
	Austrália e Japão.	minuto	12	5.008
	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12	5.008



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	Afganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12	5.008
2	Fixo - Móvel			
	Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12	1.431
	Estados Unidos da América e Havaí.	minuto	12	1.431
	Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12	1.431
	Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12	1.431
	Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12	1.431
	Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12	1.431
	Austrália e Japão.	minuto	12	1.431



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12	1.431
	Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Mariana do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12	1.431



ANEXO III – DOS MUNICIPIOS POR LOTES

1. Divisão das regiões:

REGIÃO 1

BELO HORIZONTE

REGIÃO 2

BALDIM	ITABIRITO	RAPOSOS
BARAO DE COCAIS	ITAGUARA	RIBEIRÃO DAS NEVES
BELO VALE	JABOTICATUBAS	RIO ACIMA
BONFIM	ITATIAIUÇU	RIO MANSO
CAPIM BRANCO	JUATUBA	SABARÁ
CONFINS	MARIANA	SANTANA DO RIACHO
CRUCILÂNDIA	MÁRIO CAMPOS	SAO JOAQUIM DE BICAS
ESMERALDAS	MATEUS LEME	SANTA BARBARA
FLORESTAL	MATOZINHOS	SAO JOSE DA LAPA
FORTUNA DE MINAS	MOEDA	SARZEDO
FUNILANDIA	NOVA LIMA	TAQUARAÇU DE MINAS
IBIRITE	NOVA UNIAO	
IGARAPÉ	PIEDADE DOS GERAIS	
INHAUMA	PRUDENTE DE MORAIS	

REGIÃO 3

ARAPORA	IGARATINGA	PEDRINOPOLIS
ARAUJO	IGUATAMA	PEQUI
CAMPINA VERDE	INDIANÓPOLIS	PERDIGAO
CAMPO FLORIDO	IPIAÇU	PIRAJUBA
CAMPOS ALTOS	ITAPAGIPE	PITANGUI
CANAPOLIS	ITURAMA	PLANURA
CAPINOPOLIS	LAGAMAR	PRATA
CARMO DO PARANAIBA	LAGOA FORMOSA	PRESIDENTE OLEGARIO
CARNEIRINHO	LAGOA GRANDE	RIO PARANAIBA
CENTRALINA	LIMEIRA D'OESTE	SANTA JULIANA
COMENDADOR GOMES	LUZ	SANTA VITORIA
CONCEICAO DAS ALAGOAS	MARAVILHAS	SÃO FRANCISCO DE SALES
CORREGO DANTA	MOEMA	SÃO JOSÉ DA VARGINHA
CRUZEIRO DA FORTALEZA	MONTE ALEGRE DE MINAS	TUPACIGUARA
DELTA	MONTE SANTO DE MINAS	UNIÃO DE MINAS
FRUTAL	NOVA PONTE	VAZANTE
GURINHATÃ	NOVA SERRANA	
IBIRACI	PAPAGAIOS	

REGIÃO 4

ITUIUTABA	PATOS DE MINAS	UBERLÂNDIA
PARÁ DE MINAS	UBERABA	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

REGIÃO 5

ALFENAS	ITABIRA	POUSO ALEGRE
ARAGUARI	ITAÚNA	SANTA LUZIA
ARAXÁ	JOAO MONLEVADE	SAO JOAO DEL REI
ARCOS	JUIZ DE FORA	SAO S. DO PARAISO
BETIM	LAGOA SANTA	SETE LAGOAS
BARBACENA	LEOPOLDINA	TEOFILO OTONI
CONTAGEM	MONTES CLAROS	UBA
CATAGUAZES	MURIAE	UNAI
CONSELHEIRO LAFAIETE	OURO PRETO	VARGINHA
CORONEL FABRICIANO	PARACATU	VESPASIANO
DIVINOPOLIS	PASSOS	VIÇOSA
GOVERNADOR VALADARES	PATROCÍNIO	
IPATINGA	POÇOS DE CALDAS	BRASÍLIA
	PONTE NOVA	RIO DE JANEIRO
		SÃO PAULO

REGIÃO 6

DEMAIS MUNICÍPIOS NÃO INCLUIDOS NAS REGIÕES **1, 2, 3, 4 E 5**

REGIÃO 7

ARAPORA	IGUATAMA	PATOS DE MINAS
ARAUJO	INDIANÓPOLIS	PEDRINOPOLIS
CAMPINA VERDE	IPIAÇU	PEQUI
CAMPO FLORIDO	ITAPAGIPE	PERDIGAO
CAMPOS ALTOS	ITUIUTABA	PIRAJUBA
CANAPOLIS	ITURAMA	PITANGUI
CAPINOPOLIS	LAGAMAR	PLANURA
CARMO DO PARANAIBA	LAGOA FORMOSA	PRATA
CARNEIRINHO	LAGOA GRANDE	PRESIDENTE OLEGARIO
CENTRALINA	LIMEIRA D'OESTE	RIO PARANAIBA
COMENDADOR GOMES	LUZ	SANTA JULIANA
CONCEICAO DAS ALAGOAS	MARAVILHAS	SANTA VITORIA
CORREGO DANTA	MOEMA	SÃO FRANCISCO DE SALES
CRUZEIRO DA FORTALEZA	MONTE ALEGRE DE MINAS	SÃO JOSÉ DA VARGINHA
DELTA	MONTE SANTO DE MINAS	TUPACIGUARA
FRUTAL	NOVA PONTE	UBERABA
GURINHATÃ	NOVA SERRANA	UBERLANDIA
IBIRACI	PAPAGAIOS	UNIÃO DE MINAS
IGARATINGA	PARA DE MINAS	VAZANTE

REGIÃO 8

DEMAIS MUNICÍPIOS NÃO INCLUIDOS NAS REGIÕES **3, 4 e 7**



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Governo do Estado de Minas Gerais

[NOME DA EMPRESA PROPONENTE], sociedade com sede [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ sob o nº . . / - , por meio de seu representante legal, firma a presente Proposta de Preços, que é baseada nas condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº 250/2012, os quais são aceitos pelo proponente, que se compromete a cumprir integralmente o objeto do Edital correspondente e do Contrato a ser firmado, de modo a entregar todos os produtos e serviços neles previstos.



PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO N.º 250/2012:

(preenchida em papel timbrado da proponente)

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE	
Razão Social			
CNPJ			
Inscrição Estadual (se for o caso)			
Inscrição Municipal			
Endereço			
Telefone/Fax			
E-mail			
Nome do(s) representante(s) legal(is) da empresa			
Estado civil do representante legal		Nacionalidade do representante legal	
Identidade do representante legal		CPF do representante legal	
Preço Global da Proposta (R\$):			
Preço Global da Proposta (por extenso):			
Validade do Contrato: 12 (doze) meses, contados da data da publicação do contrato.			
Pagamento conforme do Edital.			
Indicar o nome do Gerente de Projeto habilitado nesta licitação.			
Data e local.			
Assinatura do Representante Legal da Empresa			



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PLANILHA DE PREÇOS (MODELO)

Lote 01 – Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	336		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	1.680		
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	336		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	336		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	336		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 02 - Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	28		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	140		
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	28		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	28		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	28		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 03 - Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	35		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	175		
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	35		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	35		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	35		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 04 - Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	88		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	440		
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	88		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	88		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	88		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F - Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 05 - Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	291		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	1.455		
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	291		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	291		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	291		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F - Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 6 - Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	92		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	460		
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	92		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	92		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	92		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F - Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 07 – Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	1.139		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	123		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	1.139		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	1.139		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 08 – Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	785		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	85		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	785		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	785		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 09 – Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	941		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	99		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	941		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	941		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 10 – Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	700		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	77		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	700		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	700		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 11 – Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	1.670		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	175		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	1.670		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	1.670		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 12 – Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	2.306		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	236		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	2.306		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	2.306		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 13 – Região 7

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12	580		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	290		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	580		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	580		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 14 – Região 8

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12	4.475		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	2.238		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	4.475		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	4.475		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	

Lote 15

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linhas individuais)	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
LDN	1	fixo-fixo - Intraestadual	minuto	664	143.096		
	2	fixo-fixo - Interestadual	minuto	378	143.096		
	3	fixo-móvel (VC2)	minuto	217	143.096		
	4	fixo-móvel (VC3)	minuto	105	143.096		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)						R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável						25% (vinte e cinco por cento)	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 16

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linhas individuais)	C Preço Unitário (com ICMS)	D Total Anual (A x B x C)
LDI	1	Fixo - Fixo					
		Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12	5.008		
		Estados Unidos da América e Havaí.	minuto	12	5.008		
		Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12	5.008		
		Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12	5.008		
		Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12	5.008		
		Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12	5.008		
		Austrália e Japão.	minuto	12	5.008		
		África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12	5.008		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Mariana do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12	5.008		
2	Fixo - Móvel					
	Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12	1.431		
	Estados Unidos da América e Havaí.	minuto	12	1.431		
	Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12	1.431		
	Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12	1.431		
	Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12	1.431		
	Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12	1.431		
	Austrália e Japão.	minuto	12	1.431		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12	1.431		
	Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Mariana do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12	1.431		
E - Total Anual com ICMS (Σ de D)					R\$ 0,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável					25% (vinte e cinco por cento)	



ANEXO V - MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – ANO 20__



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de _____
Superintendência _____

IDF
10 PTS

MÊS

NOTA:

Empresa Responsável pelo Sistema: _____

Consultor/ Responsável: _____

Telefone de Contato: _____

Endereço de instalação: Rua/Av.: _____

Nº _____, Complemento: _____, Bairro: _____ Cep: _____

Telefone de Contato: _____ Celular: _____

Atividades	Ocorrências	Fator de Criticidade
1. Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada superior a 48 (quarenta e oito) horas.		F3
2. Quebra do sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através dos recursos disponibilizados pela Contratada.		F3
3. Interrupção da prestação do serviço. (a cada 30 min.)		F3
4. Não atendimento do telefone cujo número foi fornecido pela Contratada para registro das reclamações.		F2
5. Cobrança por serviços não prestados.		F1
6. Envio das informações de tráfego contendo erros de cálculos.		F2
7. Não atendimento às reclamações dentro dos prazos estipulados pela a ANATEL		F3
8. Não atendimento aos prazos de 10 (dez) dias para solicitação de manutenção preventiva e aos prazos definidos no item 5.7.6 do Edital para reparo.		F3

Belo Horizonte, _____ de _____ 20__

Responsável pelo preenchimento

Superintendente ou responsável



ANEXO VI- MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que recebeu todos os documentos, tomou conhecimento e aceitou todas as informações e condições legais para o cumprimento das obrigações do objeto, que atende plenamente às regras do negócio, às exigências técnicas e a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Eletrônico – Registro de Preços Nº ____/2012.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO
TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), NA MODALIDADE LOCAL,
LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E LONGA DISTÂNCIA
INTERNACIONAL PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS /ENTIDADES
DO GOVERNO DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. /2012

Pelo presente instrumento, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rodovia Prefeito René Gianetti, s/n, Serra Verde, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 05.461.142/0001-70, representado neste ato pela Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, MASP 346.445-0, brasileira, separada judicialmente, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 646.462.696-34, portadora do RG nº. M - 1.624.110, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____ estabelecida na Rua _____, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. _____, neste ato representado pelo _____, brasileiro, ____<estado civil>____, ____<profissão>____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. _____, portador do RG nº. _____, doravante denominado FORNECEDOR, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com fundamento nos Decretos 44.786 e 44.787, ambos de 18/04/2008 e 45.902 de 27/01/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente licitação tipo Menor Preço Por Lote consiste no Registro de Preços de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Local, tráfego local em chamadas fixo para fixo e fixo para móvel, na modalidade Longa Distância Nacional, fixo para fixo e fixo para móvel e na modalidade Longa Distância Internacional, conforme tabelas constantes do Anexo II do Edital Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº.250/2012, a ser contratado pelos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais arrolados no Anexo X do referido



Edital como órgãos participantes, e tendo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, como Órgão Gestor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

São os itens integrantes deste certame e seus respectivos preços:

Lote 01 – Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	336	
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	1.680	
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	336	
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	336	
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	336	

Lote 02 – Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	28	
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	140	
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	28	
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	28	
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	28	

Lote 03 – Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	35	
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	175	
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	35	
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	35	
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	35	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 04 - Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	88	
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	440	
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	88	
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	88	
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	88	

Lote 05 - Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	291	
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	1.455	
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	291	
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	291	
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	291	

Lote 6 - Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12	92	
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12	460	
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	92	
	4	fixo-fixo	minuto	120.000	92	
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000	92	

Lote 07 - Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	1.139	
	2	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1	123	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	1.139	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	1.139	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 08 – Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	785	
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	85	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	785	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	785	

Lote 09 – Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	941	
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	99	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	941	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	941	

Lote 10 – Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	700	
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	77	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	700	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	700	

Lote 11 – Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	1.670	
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	175	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	1.670	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	1.670	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 12 – Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12	2.306	
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	236	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	2.306	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	2.306	

Lote 13 – Região 7

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12	580	
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	290	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	580	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	580	

Lote 14 – Região 8

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário (com ICMS)
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12	4.475	
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1	2.238	
	3	fixo-fixo	minuto	4.800	4.475	
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800	4.475	

Lote 15

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linhas individuais)	C Preço Unitário (com ICMS)
LDN	1	fixo-fixo - Intraestadual	minuto	664	143.096	
	2	fixo-fixo - Interestadual	minuto	378	143.096	
	3	fixo-móvel (VC2)	minuto	217	143.096	
	4	fixo-móvel (VC3)	minuto	105	143.096	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 16

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linhas individuais)	C Preço Unitário (com ICMS)
LDI	1	Fixo - Fixo				
		Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12	5.008	
		Estados Unidos da América e Havaí.	minuto	12	5.008	
		Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12	5.008	
		Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12	5.008	
		Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12	5.008	
		Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12	5.008	
		Austrália e Japão.	minuto	12	5.008	
		África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12	5.008	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	Afganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12	5.008	
2	Fixo - Móvel				
	Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12	1.431	
	Estados Unidos da América e Havaí.	minuto	12	1.431	
	Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12	1.431	
	Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12	1.431	
	Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12	1.431	
	Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12	1.431	
	Austrália e Japão.	minuto	12	1.431	
	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12	1.431	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Mariana do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12	1.431	
--	---	--------	----	-------	--

Parágrafo Primeiro - Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços e todos os encargos, incidentes sobre o serviço.

Parágrafo Segundo: Caso seja determinada a redução dos preços e/ou tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigado a repassá-la à CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: A alteração de valores de que trata esta cláusula somente será possível quando, a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. O serviço objeto desta licitação deverá ser prestado pelo fornecedor vencedor de acordo com o edital, a proposta vencedora, as cláusulas da presente Ata e da Minuta de Contrato anexa ao edital.

3.2. Os órgãos e entidades não estão obrigados a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. Compete à SEPLAG, órgão gestor, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 5º do Decreto 44.787/08:

5.1.1. Administrar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento das prestações realizadas.



5.1.2. Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

5.2. Competem aos órgãos e entidades, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 7º do Decreto 44.787/08:

5.2.1. Requisitar via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

5.2.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

5.3. Compete ao FORNECEDOR:

5.3.1. Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, o objeto dessa licitação na forma e condições fixadas nesta Ata, mediante requisição do órgão ou entidade Contratante, devidamente assinada pelo agente responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 250/2012;

5.3.2. Retirar e assinar a nota de empenho no prazo de 10(dez) dias úteis a contar de seu recebimento;

5.3.3. Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

5.3.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades Contratantes ou pela SEPLAG referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

5.3.5. Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.3.6. Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;



5.3.7. Aceitar remanejamentos ou redistribuições de quantitativos entre os órgãos participantes, feito pelo órgão gestor - SEPLAG, observado o disposto Art. 6º do Decreto 44.787/08;

5.3.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

5.3.9. Observar as obrigações e prazos dispostos no Edital, seus anexos e Proposta Comercial.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

6.1. A Ata poderá ser alterada nos termos do art.17 do Decreto 44.787 de 18 de abril de 2008.

CLÁUSULA SÉTIMA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O FORNECEDOR poderá ter seu registro cancelado, nos termos do art 31 do Decreto 44.787:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este ser superior aos praticados no mercado;
- e) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e
- f) por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração;

7.1.2. Pela própria empresa prestadora do Serviço Telefônico Fixo Comutado, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências do



instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, pela ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta Ata, bem como perdas e danos.

7.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES E DAS MULTAS

8.1. O detentor do preço registrado sujeita-se, por descumprimento das cláusulas desta Ata e das obrigações dispostas na legislação vigente, especificamente o Decreto 44.787 de 18 de abril de 2008, às sanções estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive contrato, na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, Decreto nº. 45.902 de 17 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia depois de publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

9.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 250/2012.

9.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2012.

(cargo órgão)
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Fornecedor

Testemunhas:

_____,



ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão que entre si celebram a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, através da Superintendência Central de Governança Eletrônica - SCGE, na qualidade de Órgão Gestor e o(a).....

.....

.....,

como Órgão Participante, para fins de participação no Registro de Preços de Serviço Telefônico Fixo Comutado

Por este termo de Adesão, o(a).....

.....

....., inscrita no CNPJ sob o nº., com sede na

<Endereço>

....., neste ato representado(a) pelo(a) <cargo>.....,

Sr(a).....,

concorda com os termos do Registro de Preços a ser promovido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, inscrita no CNPJ sob o nº. 054611420001-70, através da Superintendência Central de Governança Eletrônica – SCGE, neste ato representada pelo Sr.(a) Vânia Beatriz Carvalho Passos, para fins de Registro de Preços de Serviço Telefônico Fixo Comutado, conforme previsto pelo art. 7º, do Decreto Estadual nº. 44.787, de 18 de abril de 2008, com as seguintes quantidades:

a) Assinaturas E1(30 troncos):

Lote 1 - Região 1: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 2 - Região 2: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 3 - Região 3: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 4 - Região 4: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 5 - Região 5: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 6 - Região 6: _____ (_____) assinatura(s).

b) Assinaturas DDR (blocos de 30 ramais)

Lote 1 - Região 1: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 2 - Região 2: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 3 - Região 3: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 4 - Região 4: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 5 - Região 5: _____ (_____) assinatura(s).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 6 - Região 6: _____ (_____) assinatura(s).

c) Transferência – mudança de endereço:

Lote 1 - Região 1: _____ (_____) transferência(s).

Lote 2 - Região 2: _____ (_____) transferência(s).

Lote 3 - Região 3: _____ (_____) transferência(s).

Lote 4 - Região 4: _____ (_____) transferência(s).

Lote 5 - Região 5: _____ (_____) transferência(s).

Lote 6 - Região 6: _____ (_____) transferência(s).

d) Assinaturas de NRES

Lote 7 - Região 1: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 8 - Região 2: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 9 - Região 3: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 10 - Região 4: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 11 - Região 5: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 12 - Região 6: _____ (_____) assinatura(s).

e) Transferência – mudança de endereço:

Lote 7 - Região 1: _____ (_____) transferência(s).

Lote 8 - Região 2: _____ (_____) transferência(s).

Lote 9 - Região 3: _____ (_____) transferência(s).

Lote 10 - Região 4: _____ (_____) transferência(s).

Lote 11 - Região 5: _____ (_____) transferência(s).

Lote 12 - Região 6: _____ (_____) transferência(s).

f) Assinaturas de Ramal Virtual

Lote 13 - Região 7: _____ (_____) assinatura(s).

Lote 14 - Região 8: _____ (_____) assinatura(s).

g) Transferência – mudança de endereço:

Lote 13 - Região 7: _____ (_____) transferência(s).

Lote 14 - Região 8: _____ (_____) transferência(s).

BELO HORIZONTE, DE DE 2012

Local e Data

VÂNIA BEATRIZ CARVALHO PASSOS
Representante do Órgão Gestor

XXXXXX XXXXX XXXXXX
Representante do Órgão Participante



DIVISÃO DAS REGIÕES

REGIÃO 1

BELO HORIZONTE

REGIÃO 2

BALDIM	ITABIRITO	RAPOSOS
BARAO DE COCAIS	ITAGUARA	RIBEIRÃO DAS NEVES
BELO VALE	JABOTICATUBAS	RIO ACIMA
BONFIM	ITATIAIUÇU	RIO MANSO
CAPIM BRANCO	JUATUBA	SABARÁ
CONFINS	MARIANA	SANTANA DO RIACHO
CRUCILÂNDIA	MÁRIO CAMPOS	SAO JOAQUIM DE BICAS
ESMERALDAS	MATEUS LEME	SANTA BARBARA
FLORESTAL	MATOZINHOS	SAO JOSE DA LAPA
FORTUNA DE MINAS	MOEDA	SARZEDO
FUNILÂNDIA	NOVA LIMA	TAQUARAÇU DE MINAS
IBIRITE	NOVA UNIAO	
IGARAPÉ	PIEDADE DOS GERAIS	
INHAUMA	PRUDENTE DE MORAIS	

REGIÃO 3

ARAPORA	IGARATINGA	PEDRINOPOLIS
ARAUJO	IGUATAMA	PEQUI
CAMPINA VERDE	INDIANÓPOLIS	PERDIGAO
CAMPO FLORIDO	IPIAÇU	PIRAJUBA
CAMPOS ALTOS	ITAPAGIPE	PITANGUI
CANAPOLIS	ITURAMA	PLANURA
CAPINOPOLIS	LAGAMAR	PRATA
CARMO DO PARANAIBA	LAGOA FORMOSA	PRESIDENTE OLEGARIO
CARNEIRINHO	LAGOA GRANDE	RIO PARANAIBA
CENTRALINA	LIMEIRA D'OESTE	SANTA JULIANA
COMENDADOR GOMES	LUZ	SANTA VITORIA
CONCEICAO DAS ALAGOAS	MARAVILHAS	SÃO FRANCISCO DE SALES
CORREGO DANTA	MOEMA	SÃO JOSÉ DA VARGINHA
CRUZEIRO DA FORTALEZA	MONTE ALEGRE DE MINAS	TUPACIGUARA
DELTA	MONTE SANTO DE MINAS	UNIÃO DE MINAS
FRUTAL	NOVA PONTE	VAZANTE
GURINHATÃ	NOVA SERRANA	
IBIRACI	PAPAGAIOS	

REGIÃO 4

ITUIUTABA	PATOS DE MINAS	UBERLÂNDIA
PARÁ DE MINAS	UBERABA	

REGIÃO 5

ALFENAS	ITABIRA	POUSO ALEGRE
ARAGUARI	ITAÚNA	SANTA LUZIA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ARAXÁ	JOAO MONLEVADE	SAO JOAO DEL REI
ARCOS	JUIZ DE FORA	SAO S. DO PARAISO
BETIM	LAGOA SANTA	SETE LAGOAS
BARBACENA	LEOPOLDINA	TEOFILO OTONI
CONTAGEM	MONTES CLAROS	UBA
CATAGUAZES	MURIAE	UNAI
CONSELHEIRO LAFAIETE	OURO PRETO	VARGINHA
CORONEL FABRICIANO	PARACATU	VESPASIANO
DIVINOPOLIS	PASSOS	VIÇOSA
GOVERNADOR VALADARES	PATROCÍNIO	
GUAXUPÉ	POÇOS DE CALDAS	BRASÍLIA
IPATINGA	PONTE NOVA	RIO DE JANEIRO
		SÃO PAULO

REGIÃO 6

DEMAIS MUNICÍPIOS NÃO INCLUIDOS NAS REGIÕES **1, 2, 3, 4 E 5**

REGIÃO 7

ARAPORA	IGUATAMA	PATOS DE MINAS
ARAUJO	INDIANÓPOLIS	PEDRINOPOLIS
CAMPINA VERDE	IPIAÇU	PEQUI
CAMPO FLORIDO	ITAPAGIPE	PERDIGAO
CAMPOS ALTOS	ITUIUTABA	PIRAJUBA
CANAPOLIS	ITURAMA	PITANGUI
CAPINOPOLIS	LAGAMAR	PLANURA
CARMO DO PARANAIBA	LAGOA FORMOSA	PRATA
CARNEIRINHO	LAGOA GRANDE	PRESIDENTE OLEGARIO
CENTRALINA	LIMEIRA D'OESTE	RIO PARANAIBA
COMENDADOR GOMES	LUZ	SANTA JULIANA
CONCEICAO DAS ALAGOAS	MARAVILHAS	SANTA VITORIA
CORREGO DANTA	MOEMA	SÃO FRANCISCO DE SALES
CRUZEIRO DA FORTALEZA	MONTE ALEGRE DE MINAS	SÃO JOSÉ DA VARGINHA
DELTA	MONTE SANTO DE MINAS	TUPACIGUARA
FRUTAL	NOVA PONTE	UBERABA
GURINHATÃ	NOVA SERRANA	UBERLANDIA
IBIRACI	PAPAGAIOS	UNIÃO DE MINAS
IGARATINGA	PARA DE MINAS	VAZANTE

REGIÃO 8

DEMAIS MUNICÍPIOS NÃO INCLUIDOS NAS REGIÕES **3, 4 e 7**



ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº. ____/2012, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), NA
MODALIDADE LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E
LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL PARA
ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS /ENTIDADES DO
GOVERNO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DA**

_____.

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da (...) sediada na Rua (...), nº. (...), em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº. (...), representada pelo (...), Sr. (...), CI nº (...) e CPF (...), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa (...), sediada na rua (...), bairro (...), na Cidade de (...), estado de (...), CEP (...), CNPJ nº (...), representada (...), CI nº (...), CPF nº (...), , neste contrato denominada FORNECEDOR, celebram o presente contrato de (...) em conformidade com a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS nº./2012, processo nº./2012, vinculando-se ao Edital, seus anexos e à proposta respectiva, emitida em __/__/2012, independentemente de transcrição, aplicando-se, ainda, o disposto nos Decretos 44.786 e 44.787, de 18 de abril de 2008, pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações, observando-se supletivamente os procedimentos do regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutada, aprovado pela Resolução ANATEL nº 85, de 30/12/98; na Portaria nº 1960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações; no Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 02/04/98 e demais normas regulamentadoras expedidas pela ANATEL relativas à prestação do Serviço Fixo Comutado, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

Os serviços ora contratados foram objeto de licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 250/2012. O presente contrato vincula-se ao referido



certame, bem como à proposta da licitante vencedora, emitida em ___/___/2012, o edital do Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 250/2012, a ARP nº/2012 e os outros Anexos que o integram, independente de transcrição e no que a este contrariar.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto consiste no Registro de Preços tipo Menor Preço Por Lote de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Local, tráfego local em chamadas fixo para fixo e fixo para móvel, na modalidade Longa Distância Nacional, fixo para fixo e fixo para móvel e na modalidade Longa Distância Internacional para atendimento aos Órgãos /Entidades do Governo de Minas Gerais, conforme tabelas constantes do Anexo II do Edital Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº. 250/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar, no que lhe couber, as facilidades necessárias para que o FORNECEDOR possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos empregados credenciados pelo FORNECEDOR, atinentes ao objeto contratual;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato;
- d) Responder pelos débitos gerados pela utilização dos serviços, nos termos da legislação aplicável;
- e) Assegurar aos técnicos do FORNECEDOR, sempre que necessário, o acesso às dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços relacionados com o objeto da contratação, respeitadas as normas de segurança interna da CONTRATANTE;
- f) Comunicar ao FORNECEDOR qualquer irregularidade verificada nos serviços prestados;
- g) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho e qualidade;
- h) Controlar as ligações realizadas e documentar a ocorrência de problemas;
- i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior justificados pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;
- j) Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente dos preços e/ou tarifas na data da emissão das contas telefônicas;



- k) Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação de sanções;
- l) Tornar disponível, quando for o caso, as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- m) Relacionar as dependências das suas instalações físicas e os bens de sua propriedade colocados à disposição do FORNECEDOR durante a prestação dos serviços, com a indicação do estado de conservação, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- a) Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes desta contratação, bem como as estabelecidas na Lei nº. 9.472/97, no contrato de concessão/autorização firmado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;
- b) Manter o sigilo e a inviolabilidade dos serviços, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo das telecomunicações e os regulamentos do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);
- c) Possibilitar o acesso às informações quanto às condições dos serviços, tarifas e preços praticados;
- d) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou distrital e municipal, como também assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços oferecidos na proposta;
- e) Prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço;
- f) Zelar sempre pela igualdade de tratamento entre os diversos usuários no acesso aos serviços;
- g) Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a CONTRATANTE for compelida a responder, no caso de os serviços prestados por força deste Contrato violarem, por culpa exclusiva do FORNECEDOR, direitos de terceiros;



- h) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste Contrato, para a adoção das medidas cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários;
- i) Responsabilizar-se por quaisquer conseqüências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;
- k) Providenciar a imediata reparação, correção, remoção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, de serviço prestado pelo FORNECEDOR na rede externa, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução inadequada;
- l) Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo restabelecê-los no prazo determinado pela ANATEL, a contar da notificação;
- m) Fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços;
- n) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, sua ou de seus empregados, imprudência, imperícia ou negligência, quando da execução dos serviços prestados na rede externa, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- o) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus técnicos, durante a execução dos serviços na rede externa, ainda que a falta seja praticada nas dependências da CONTRATANTE;
- p) Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.
- q) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas;
- r) Atender com presteza o telefone cujo número foi fornecido para registro de reclamações;
- s) Não cobrar por serviços não prestados;
- t) Disponibilizar mensalmente as informações dos contratos e faturas no portal na Internet,;
- u) Enviar corretamente as contas e/ou faturas telefônicas aos órgãos CONTRATANTES;



- v) Cumprir a determinação estipulada em edital no tocante aos prazos de instalação dos serviços, a contar da data da assinatura do contrato.
- w) Disponibilizar, em horário comercial, consultor e fornecer número telefônico para receber solicitações, dúvidas e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- x) No caso de modernização tecnológica, o CONTRATANTE poderá solicitar a atualização para a nova tecnologia disponível sem alteração nos custos dos serviços contratados, desde que respeitadas as condições editalícias, conforme previsto no Art. 65, inciso I, alínea "a" da lei 8.666/93, respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da última troca;
- y) Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que excepcionalmente possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com ele, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
- z) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR:

- a) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados ou prepostos, por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, sob sua responsabilidade, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de sua responsabilidade previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- c) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- d) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;



- e) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal de sua responsabilidade, relacionadas ao objeto desta contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

Parágrafo Único: a inadimplência do FORNECEDOR com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual o FORNECEDOR renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS TARIFAS E PREÇOS

Parágrafo Primeiro – As tarifas e preços a serem praticados pelo FORNECEDOR na prestação dos serviços, são aqueles ofertados na proposta vencedora da sessão pública de pregão havido em ____/____/____, que correspondem, nesta contratação a um valor total anual estimado de R\$ _____, conforme a Tabela a seguir:

Lote 01 – Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12		
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000		

Lote 02 – Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12		
	3	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 03 - Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12		
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000		

Lote 04 - Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12		
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000		

Lote 05 - Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12		
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000		

Lote 6 - Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura E1 (30 troncos)	unid.	12		
	2	Assinatura DDR (blocos de 30 ramais)	unid.	12		
	3	Transferência - Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	4	fixo-fixo	minuto	120.000		
	5	fixo-móvel (VC1)	minuto	30.000		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 07 – Região 1

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		

Lote 08 – Região 2

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		

Lote 09 – Região 3

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		

Lote 10 – Região 4

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 11 – Região 5

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		

Lote 12 – Região 6

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura NRes	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		

Lote 13 – Região 7

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		

Lote 14 – Região 8

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos	C Preço Unitário
Local (STFC)	1	Assinatura Ramal Virtual	unid.	12		
	2	Transferência – Mudança de Endereço/Local	unid.	1		
	3	fixo-fixo	minuto	4.800		
	4	fixo-móvel (VC1)	minuto	1.800		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lote 15

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linh as individuais)	C Preço Unitário
LDN	1	fixo-fixo - Intraestadual	minuto	664		
	2	fixo-fixo - Interestadual	minuto	378		
	3	fixo-móvel (VC2)	minuto	217		
	4	fixo-móvel (VC3)	minuto	105		

Lote 16

Modalidade	Item	Item especificação	Unidade	A Consumo Anual	B Quantidade Acessos (troncos/linh as individuais)	C Preço Unitário
LDI	1	Fixo - Fixo				
		Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12		
		Estados Unidos da América e Havaí.	minuto	12		
		Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12		
		Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12		
		Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12		
		Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12		
		Austrália e Japão.	minuto	12		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12		
	Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Mariana do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12		
2	Fixo - Móvel				
	Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.	minuto	12		
	Estados Unidos da América e Havaí.	minuto	12		
	Alaska, Anguila, Antártida, Antigua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Groelândia, Guadalupe, Guatemala, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Ilhas Turquesas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Pedro e Miguel, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Venezuela e Antilhas.	minuto	12		
	Portugal, Açores e Ilha da Madeira.	minuto	12		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

	Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Liechtenstein, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.	minuto	12		
	Albânia, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bareine, Belarus, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Grécia, Hungria, Iêmen, Ilhas Feroe, Irã, Iraque, Islândia, Israel, Jordânia, Kuaite, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldova, Mônaco, Omã, Palestina, Polônia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia e Montenegro, Síria, Turquia, Ucrânia e Vaticano.	minuto	12		
	Austrália e Japão.	minuto	12		
	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Ilhas Ascensão, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Mayotte, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Maláwi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.	minuto	12		
	Afeganistão, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Cazaquistão, China, Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Diego Garcia, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Guam, Hong-Kong, Ilha Christmas, Ilha de Pitcairn, Ilha Johnston, Ilha Niue, Ilha Norfolk, Ilhas Coco, Ilha Cook, Ilha Wake, Ilhas de Wallis e Futuna, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Macau, Malásia, Maldivas, Midway, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Paquistão, Polinésia Francesa, Quirguízia, Samoa, Samoa Americana, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tailândia, Taiwan, Timor-Leste, Tonga, Toquelau, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuato, Vietnã e Ilhas do Pacífico (exceto Havaí).	minuto	12		



CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E TARIFAS:

Os valores dos preços e tarifas telefônicas, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

Parágrafo Primeiro: a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, o interregno de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.

Parágrafo Segundo: Caso seja determinada a redução de preços e /ou tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigado a repassá-la à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento mensal da despesa será realizado pela CONTRATANTE através de quitação bancária (por meio eletrônico) ou crédito em conta corrente bancária declarada pelo FORNECEDOR, que deverá apresentar, mensalmente, Nota-Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação e pagamento da despesa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, antes do dia de vencimento mensal pactuado, nos termos dos regulamentos de Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução ANATEL nº 85, de 30 de dezembro de 1988.

O cálculo do valor devido por mês pela prestação do serviço corresponderá ao modelo de precificação previsto nesta Cláusula.

7.1. O modelo de remuneração é o modelo que define o valor a ser recebido pela CONTRATADA, ao final de cada mês, referente aos serviços prestados. A remuneração é variável, compatível com o serviço prestado e com sua qualidade, sendo calculada por meio da fórmula, que mede o índice de disponibilidade mensal do serviço.

O valor do pagamento será efetuado aplicando-se a seguinte equação:

$$\text{Remuneração} = \text{FD} \times \text{VSM}$$

onde:

- FD = Fator de Desempenho do Fornecedor, conforme Anexo V do Edital;
- VSM (R\$) = Valor do serviço medido no mês em moeda corrente.



7.2. A CONTRATADA, no antepenúltimo dia útil de cada mês, enviará ao Gestor do Contrato um relatório dos serviços prestados no período considerado, observado o modelo de precificação previsto nesta Cláusula.

7.3. Em caso de eventuais questionamentos quanto ao faturamento de serviços (nos termos do item 7.1), os valores devidos deverão ser descontados nas faturas seguintes (N+2).

7.4. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado (Banco do Brasil, Bradesco, BEMGE, Banco Itaú e Banco Mercantil do Brasil), no prazo de 30 dias corridos da data de recebimento da nota fiscal emitida pela CONTRATANTE, acompanhada de relatórios gerenciais e cálculo dos indicadores mensais, de acordo com o Art. 1º do Decreto n.º 40.427 de 21 de junho de 1999, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 22 de junho de 1999.

7.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação "pro-rata tempore" do IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente.

7.6. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

7.7. Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do objeto ou a necessidade de serem tomadas providências complementares pela CONTRATADA, o prazo de pagamento será considerado interrompido e será reiniciado após o recebimento definitivo ou cumprimento das providências, caso em que não será devida atualização financeira.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATANTE poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos do regulamento de Serviço Telefônico Fixo Comutado aprovado pela Resolução ANATEL nº 85, de 30 de dezembro de 1988.

Parágrafo Segundo: Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta apazada.



Parágrafo Terceiro: Constatado ser devido o débito contestado, será o valor incluído na nota fiscal-fatura do próximo mês, acrescido de multa e juros pertinentes, conforme previsto na Portaria nº 1960, de 06/12/96, do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com fornecimento do bem indicado na Cláusula Primeira deste contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA:

Este Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação, podendo prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluídos os primeiros 12 (doze) meses de vigência, exceto no tangente à previsão do § 4º, art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS REGRAS DE NEGÓCIO

10.1.O recurso DDR deverá possibilitar a obtenção de um canal ou tronco capaz de oferecer conexão direta com qualquer ramal daquele endereço, sem a necessidade de atendimento pela telefonista. Caso seja utilizado um número chave, o mesmo deverá encaminhar as chamadas à mesa da telefonista, ou a um ramal atendedor. As chamadas não atendidas ou ocupadas poderão ser encaminhadas à mesa da telefonista, ou a algum ramal adequado. O emprego do recurso DDR objetiva escoar todo o tráfego de entrada de um equipamento de sistema de telefonia sem a necessidade de intervenção da telefonista.

10.2. Para a operação do recurso de DDR, deverá ser designada uma faixa de numeração para os ramais internos do Órgão/Entidade, contendo números distintos e sequenciais, e um número chave para acesso externo ao sistema de telefonia. O plano de numeração a ser adotado deverá ser fornecido pela concessionária prestadora do serviço.

10.3. Os serviços a serem fornecidos deverão ser totalmente compatíveis com os equipamentos de telefonia dos Órgãos/Entidades, sem a necessidade de investimentos adicionais, de modo a prover todos os recursos inerentes à tecnologia descrita.

10.4. Permitir identificação de chamadas de saída e de entrada (IDC), quer sejam ligações fixas ou móveis, na modalidade local ou longa distância, das 00h às 24h, todos os dias da semana.



10.4.1. As chamadas de saída de que trata este item, deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico, via web para acesso pelo cliente;

10.4.2. As informações constantes do arquivo eletrônico referido no subitem anterior deverão estar conforme o layout único para apresentação dos valores faturados pela prestação de serviços de telecomunicações do padrão da FEBRABAN, disponível em seu site www.febraban.org.br.

10.5. Caso haja a introdução de novas tecnologias, a prestadora de serviços de telecomunicações deverá garantir que tais modificações, se forem implantadas, não comprometam o funcionamento do serviço e sejam compatíveis com o sistema instalado.

10.6. Será de responsabilidade da prestadora de serviços telefônicos o fornecimento de todo o material e dos equipamentos necessários à realização dos serviços, até o sistema telefônico situado num ponto a ser definido dentro da área da CONTRATANTE, devendo os custos ser incluídos na proposta comercial, excetuando-se obras civis, rede interna, sistemas elétricos e aterramentos de responsabilidade da CONTRATANTE.

10.7. Deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de qualidade dos serviços:

10.7.1. O encaminhamento das chamadas deverá ser feito conforme as padronizações técnicas pertinentes, obedecendo-se às normas e regulamentos aplicáveis ao setor de telecomunicações;

10.7.2. As tentativas de originar chamadas locais deverão resultar em comunicação com o assinante chamado, em 70% (setenta inteiros percentuais) dos casos, conforme norma da ANATEL (Plano Geral de Metas da Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo);

10.7.3. As tentativas de originar chamadas locais que não resultem em comunicação com o assinante chamado, por motivo de congestionamento na rede, não deverão exceder a 4% (quatro inteiros percentuais) dos casos, conforme norma da ANATEL (Plano Geral de Metas da Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo).

10.7.4. A obtenção do sinal de discar deverá ser de, no máximo, 3 (três) segundos, em 98% (noventa e oito por cento) dos casos.

10.7.5. As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, nos termos da regulamentação para o setor de telecomunicações.



10.7.6. As solicitações de reparo da solução de telecomunicações deverão ser realizadas por chamada telefônica gratuita, de acordo com o canal de comunicação oferecido pelo fornecedor e deverão ser atendidas, em 98% dos casos, conforme abaixo:

- atendimento na Capital: em até 6 horas exceto na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves que deverá ser atendida em até 04 (quatro) horas a partir de sua solicitação;
- atendimento no interior: em até 8 horas a partir de sua solicitação;
- para usuários que são prestadores de serviços de utilidade pública, de Prontos-Socorros e de Postos de Saúde, em até 2 (duas) horas a partir de sua solicitação;

10.8. Nos locais já servidos com serviços de telefonia fixa pública, a numeração existente deverá permanecer inalterada a critério do Órgão/Entidade. No caso de opção pela troca da numeração, a prestadora de serviços telefônicos deverá realizar a troca da numeração atual interceptando as ligações nos atuais números e informando os novos números durante 90 (noventa) dias após a implantação dos mesmos, sem ônus para o Estado.

10.8.1. A CONTRATANTE poderá requisitar a CONTRATADA a portabilidade dos números existentes respeitando-se a mesma quantidade, tipo e característica e órgão contratante

10.9. O prazo de início da prestação dos serviços não poderá ser superior a:

- 30 (trinta) dias para os serviços analógicos NRES e Ramais Virtuais;
- 60 (sessenta) dias para os serviços digitais RSDI – ISDN/DDR;

contados a partir da assinatura do contrato, devendo ser aplicada a legislação vigente referente à interceptação de ligações, a saber, artigo 151, da Lei nº. 9.472, de 16/07/1997 (Lei Geral das Telecomunicações) e Resolução nº. 30 de 29/06/1998, art. 27, do Plano de Metas de Qualidade da ANATEL.

10.9.1. Em caso de não cumprimento dos prazos a proponente vencedora deverá arcar com todos os ônus decorrentes da continuidade da prestação do serviço em operação, até a efetiva implantação dos novos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a às seguintes sanções:

11.1.1 - advertência, que será aplicada sempre por escrito;

11.1.2 - multas conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012



11.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

11.1.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

11.1.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

11.1.3 - rescisão unilateral da contratação de fornecimento sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

11.1.4 - suspensão temporária do direito de licitar com a CONTRATANTE;

11.1.5 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, no prazo não superior a 05 anos.

11.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do FORNECEDOR, sujeitando-o, ainda, ao seguinte:

11.2.1. rescisão unilateral da contratação de fornecimento sujeitando-se o FORNECEDOR ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

11.2.2. indenização à CONTRATANTE, relativa à diferença de custo para contratação de outro licitante.

11.3. O valor total mensal das multas será limitado a 10% (dez por cento) do valor total mensal do contrato.

11.4. O FORNECEDOR não será responsabilizado pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

11.5. Aplicam-se a esta contratação o disposto no Art. 38 do Decreto 49.902/12.

11.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos e condições previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato será publicado em forma de extrato no Diário Oficial, na conformidade do disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº. 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, contratados, lavram o presente termo contratual, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Belo Horizonte, ____/____/____.

ASSINATURAS



ANEXO X- DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ADEMG – Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais
AGE – Advocacia Geral do Estado
CODEMIG - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
DER – Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais
DETEL – Departamento Estadual de Telecomunicações do Estado de Minas Gerais
EMATER - Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EPAMIG – Empresa de Pesquisa e Agropecuária do Estado de Minas Gerais
Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais – Brasília
Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais – Rio de Janeiro
Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais – São Paulo
ESP – Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FJP – Fundação João Pinheiro
FUNED – Fundação Ezequiel Dias
GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais
HEMOMINAS – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
HIDROEX - Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
INCONFIDENCIA – Rádio Inconfidência Ltda
IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPSM – Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais
ITER – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A
PMMG – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira
SEDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDS – Secretaria de Defesa Social
SEE – Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

SEF – Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais
SEGOV – Secretaria Geral da Governadoria
SEMAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais
SES – Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais
SETE - Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego
UTRAMIG – Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais
IPEM – Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de MG
ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEEJ - Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude
PRODEMGE – Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais